



A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO NO FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ÓTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR

BARBOSA, Ana Paula¹
CRUBELATI, Ariele Mazoti²
MACEDO, Claudemir de³

Resumo - O presente artigo apresenta-se sobre a temática da Economia Solidária e Educação Popular que a partir dos seus desdobramentos fomentam discussões acerca do cooperativismo e manutenção da sociedade capitalista que por essência é excludente. Essa pesquisa de abordagem qualitativa é bibliográfica, lançando mão de expoentes da Economia Solidária, Autogestão, Cooperativismo, Educação Popular além de cartilhas e outros documentos oficiais disponíveis nos órgãos específicos e que direcionam e incentivam essas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da economia solidária em território nacional. Os empreendimentos que vislumbram o arcabouço da economia solidária atualmente são incontáveis, pois pela lógica de exclusão do modelo de produção capitalista cada vez mais vem se criando alternativas para driblar esse sistema perpetuador de exclusão onde se busca reconfigurar as velhas práticas de mercado e construir alternativas socioeconômicas de transformações socioculturais que privilegiem a inclusão social e as demasiadas formas de se organizar a vida em sociedade, que estão além dos desafios impostos pelas práticas de emancipação e transformação social. Para isso voltamos olhares para o processo formativo desses indivíduos que acontecem em espaços não escolares, em espaços de luta, de trabalho, de movimentos que visam uma transformação que não está na ótica do capital e sim nos seus espaços de exclusão e marginalização com trajetórias e histórias que por muito tempo vem sendo incorporados e justificados nos berços da exclusão de uma sociedade hegemônica e desigual. Essa luta é pela formação de sujeitos que possam transformar sua realidade na busca de direitos e que estejam justos e condizentes com a realidade dos trabalhadores.

Palavras-chave: Economia Solidária. Educação Popular. Cooperativismo. Processo Formativo.

INTRODUÇÃO

Este texto propõe elementos para a compreensão dos aspectos formativos, ao analisar aspectos da formação inicial de agricultores associados à uma cooperativa e a influência nas

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação - Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT. anabarbosa@unemat.br

² Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos- UFSCAR. Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT. arielecrubelati@unemat.br

³ Graduando em Licenciatura Plena e Bacharelada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT. mi.juara@hotmail.com



tomadas de decisão dentro do ambiente de trabalho, verificando se estas se fundamentam nos conceitos de cooperativismo vivenciados. A intenção é compreender a importância da Educação Popular não-formal em espaços que não se perpetuam em âmbitos educacionais e sim espaços de trabalho e de luta, que privilegiam e instigam o processo de economia solidária na gestão coletiva de comunidades que buscam a inclusão socioproductiva, por meio de uma outra economia.

Desse modo, entendemos que os empreendimentos cooperativos vinculados à economia solidária representam alternativas de inserção social, embora ainda sem a pretensão de transformação social no sentido do desenvolvimento de uma nova sociedade justa e igualitária, porém com o potencial de vir a ser exemplos de experiências importantes de resistência ao desemprego, a dominação hegemônica e de desenvolver outras formas de sociabilidade. Neste sentido, esses espaços buscam uma nova configuração e uma constituição distinta de identidade coletiva de trabalhadores, que lutam e trabalham para a recuperação de sua dignidade. Há, nesse sentido, um caminho que se delineia em compreender essas transformações pela ótica da formação em espaços não escolares de aprendizagem onde se pautam os princípios da autogestão, da democracia, do associativismo, do mutualismo e da cooperação no trabalho.

Entendemos a Economia Solidária como um projeto econômico diferente do capitalista, onde os meios de produção são dos trabalhadores e as relações de trabalho são permeadas pela solidariedade. Singer (2003) conceitua a economia solidária como a organização de produtores, consumidores e poupadores, que se distinguem por duas especificidades: estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase nos mais desfavorecidos, sendo a cooperativa uma das formas clássicas desta espécie de empreendimento.

Esse é um texto introdutório que busca uma reflexão, pois ao entendermos que existe um vasto campo de investigação para aprofundarmos em futuras pesquisas onde possamos discutir conceitos sobre educação popular, trabalho associado, autogestão, economia solidária. Existe muita vaidade acadêmica, para superar isso, é fundamental e necessário avançar em práticas inovadoras e emancipatórias num diálogo permanente da academia com os movimentos sociais rumo à construção de alternativas emancipatórias. Assim, a esse texto se justifica por ser fruto de um projeto de formação que nasce de inquietações sobre a temática e



principalmente sobre a necessidade de entender esses empreendimentos econômicos solidários. Dessa forma, essa pesquisa não deixa de contar com percepções e reflexões de um trabalho campo desenvolvido ao longo de aproximadamente um ano, junto a esses cooperados que é o que motivou e fomenta as pesquisas nessa temática em nossa região.

Nessa perspectiva, faz-se necessário refletir sobre o processo de Educação Popular e Economia Solidária, visto que as relações que estes sujeitos estabelecem entre si e com a natureza, suas definições de trabalho e suas percepções, desta que vem se modificando com o passar dos tempos, são elementos construtores de sua história. O desenvolvimento sustentável tem como tripé direcionador do social, o ecológico e o econômico.

EDUCAÇÃO POPULAR, ECONOMIA SOLIDÁRIA E TRABALHO ASSOCIADO

Com a concepção de liberdade e igualdade (Revolução Francesa - século XVIII) e o ser humano agora considerado um ser livre e igual, almejava-se melhores condições de vida em sociedade e por consequência na relação com o trabalho. No entanto, essa nova condição, fruto de reivindicações sociais, se referia à liberdade e igualdade dos homens perante a lei sem considerar as condições que cada um possuía para garantir a nova concepção de homem e do trabalho. Adequando à lógica e necessidade do modelo capitalista se inicia a exploração do trabalho/ trabalhador na medida em que o sujeito considerado livre e igual era responsável por concorrer com o mercado competitivo que reforça a lógica da propriedade como algo natural a cada indivíduo.

As reivindicações, contestações e lutas por direitos trabalhistas surgiram nesse cenário, a partir do século XX. A educação como parte constituinte e como reprodutora das necessidades dessa sociedade está envolvida nas discussões. Nesse contexto, assim como a divisão social e política, a educação se divide por concepções distintas, principalmente vislumbradas pela vertente liberal visando uma educação submissa e meramente técnica que responde às necessidades do mercado de trabalho. Deste modo a educação popular nos permite refletir sobre as relações entre trabalho e educação que se perpetuam no ambiente do trabalho associado sob a ótica da economia solidária que busca pelas práticas formativas, para se contrapor ao viés capitalista rompendo com as a lógica de exclusão que se perpetuava nos ambientes de trabalho e subordinação da vida cultural e material.



O trabalho associado encontra-se inextricavelmente ligado à mudança social. A criação ou recuperação de uma unidade de trabalho sob sua égide é um ato de mudança, porque ao afastar-se de imediato do paradigma dominante de organização do trabalho, erige-se sobre relações de produção relativamente democráticas. Esta sua característica encontra-se no fato de que todas as teorizações que buscam a inteligibilidade do fenômeno colocam a questão da mudança da ordem estabelecida. O motivo é evidente. Para que os benefícios democráticos do trabalho associado sejam de fato historicamente relevantes, estes devem transcender, quantitativa e qualitativamente, uma situação social de subalternidade ou mera complementaridade da atividade capitalista (VIEITEZ; DAL RI, 2010, p. 72 apud SGUAREZI, 2011, p. 181).

Florestan Fernandes (2009) em seu texto “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina” apresenta que as sociedades modificaram seus modos de produção (colonialismo – Capitalismo) sem deixar que as condições de dependência e subordinação se desfizessem. Isso por que se reforça a ideologia de aceitação da ordem social estabelecida.

Conforme aponta Santos (2002), frente ao avanço do neoliberalismo, há a tendência à precarização do trabalho, as ações de terceirização, modificação das leis trabalhistas e transformação do mundo do trabalho, faz-se necessário valorizar e cuidar os projetos ligados ao associativismo, ao cooperativismo e à economia popular, cujo cerne de ação é o resgate dos sujeitos e de suas relações de cooperação e solidariedade para além da lógica meramente capitalista.

Na concepção de Wanderley (2012) a educação e mais especificamente a educação popular, se aproxima dessas questões ao tentar romper com o esse modelo de sociedade, que está pautada nos princípios do capital, e com isso trabalhando pela transformação do modo de produção da sociedade dessa realidade que não se aproxima em nenhum momento de uma vida material e espiritual digna. Dessa forma, a origem da concepção de educação popular surge da luta em defesa dos direitos dos trabalhadores empobrecidos e que defende, inclusive, a construção de uma nova ordem social.

Ao longo da história do trabalho de nossa sociedade o processo a educação popular vem buscando uma consolidação como teoria, por meio de práticas educativas que busca trabalhar fora das demandas e práticas tradicionais e liberais que respondem às demandas do poder político, de exploração da força de trabalho e de domínio cultural, e sim, trabalhando com práticas que valorizem os trabalhadores do campo e da cidade para uma nova realidade social.



O autor apresenta, dessa forma, que a educação popular é um fenômeno sociocultural e

que têm em comum uma intencionalidade transformadora. [...] Entre elas, há práticas que articulam o micro e o macro, o local e o global, que vinculam dimensões organizadoras, investigadoras, pedagógicas e comunicativas em um mesmo processo dinâmico integral e transdisciplinar. Há outras restritas aos trabalhos grupais e comunitários, concentradas em alguma dimensão particular e sem uma explícita visão de complexidade. [...] São, enfim, práticas e propostas teórico-metodológicas carregadas de empenho e utopia que atuam respondendo a necessidades concretas e imediatas, ao mesmo tempo em que aspiram à construção de novas relações humanas. (WANDERLEY, 2012 *apud* UNESCO, 2005, pp. 241-242).

No ponto de vista da educação popular, Gohn (2006, p. 28) nos apresenta o conceito de educação crítica não-formal como “aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas”. Suas implicações esperadas são a conscientização, emancipação dos indivíduos e grupos, construção de conhecimento sobre o mundo e as relações sociais que os circundam. A educação crítica não-formal prepara os indivíduos para a vida e suas adversidades, dando-lhes condições de desenvolverem sentimentos de autovalorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos e de luta para serem reconhecidos como sujeitos pertencentes ao processo social.

A Educação Popular atua no sentido da defesa dos direitos negados ou vilipendiados da sociedade, em sua disposição propõe o incremento de sociedade mais solidária e completamente justa. É histórica a batalha de um projeto popular para a sociedade em que vivemos, ainda que seja uma alternativa ao modo “tradicional” deve ser o pilar central para a consciência e prática da transformação social, voltada na formulação pautada na Educação Popular que se situa dentro de um processo de construção da Economia Solidária.

A educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar e de narrar, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes à maneira da educação “bancária, mas um ato “cognoscente”. [...] Educação problematizadora consiste de caráter autenticamente reflexivo, implica num constante ato de desvelamento da realidade. (FREIRE, 1993. p. 78)

Assim, pensar em educação popular é pensar e repensar nas contribuições, nas ações frente aos desafios que vem se revelando e se transformando em uma nova ordem global de novos conhecimentos requeridos pelo mundo social, do trabalho, cultural e os demais mundos aos quais coexistimos. Assim sendo nos cabe então reorganizar, reformular os próprios



conhecimentos e experiências para que assim possamos reelaborar e reinterpretar os processos educativos que envolvem a educação popular, pois além destas inovações, esse novo paradigma se sustenta na proposta de nos preparar para ser, conhecer, conviver, fazer e se refazer num processo de transformação diário.

As discussões da economia solidária concebem as possibilidades de construção de projetos econômicos, sociais e pedagógicos que rompem com os padrões de conhecimento, de valores e de práticas hegemônicas na sociedade capitalista globalizada instituída que vão à contramão das macro-organizações, ao invés disso, representam as micro-organizações. A economia solidária comunga de uma perspectiva que se baseia na formação da experiência do trabalho associado.

Fischer e Tiriba (2009) entendem por saberes do trabalho associado, aqueles produzidos coletivamente pelos trabalhadores, tendo como características a apropriação coletiva dos meios de produção, a distribuição igualitária dos lucros do trabalho e pela gestão democrática que discute com a participação de todos sobre os rumos da produção e do excedente que se produziu.

Nesse sentido, os saberes do trabalho associado, diz respeito aos conhecimentos historicamente acumulados e que se fazem ao longo do próprio trabalhador em relação com seus pares e com seu trabalho. Assume um perfil autogestionário na produção de bens e serviços indo na contramão da lógica do mercado capitalista. Faz-se também por meio de conferências e fóruns que discutem e constroem cientificamente conhecimento acerca do cotidiano do trabalho associado e sua relação com o processo mais amplo de produção da vida social.

O conceito de saber que aqui é considerado como sinônimo de conhecimento se aproxima da ideia de práxis, saber popular, saberes da experiência, conhecimento tácito, trabalho como princípio educativo, produção de saberes em situação de trabalho, produção e legitimação de saberes do/no trabalho (FISCHER e TIRIBA, 2009).

A busca por experiência de trabalho associado é a tentativa de estabelecer práticas econômicas solidárias que primariam por uma sustentabilidade humana nos princípios da dignidade e transformação das realidades impostas trazendo o trabalho associado como alternativa para romper com essa lógica imposta. Buscamos entender como funciona a lógica do trabalho associado e como o associativismo pretende romper com essa lógica de excludente vigente, procurando assim a reestruturação de cadeias produtivas que se ascendem



atualmente nos empreendimentos solidários. Do mesmo modo quando nos referimos à cultura do trabalho, estamos inferindo a ideia de dimensões educativas dos processos de trabalho comandadas pelos próprios trabalhadores, que são aqueles que vivenciam e dão significado a esses processos. Por conseguinte, é mediado por processos educativos que se configuram por meio dos movimentos sociais e delineiam os princípios da educação popular sobre a égide dos mais diversos grupos sociais correspondentes. Assim ela nos permite refletir sobre as relações entre trabalho e educação que se perpetuam no ambiente do trabalho associado sob a ótica da economia solidária que busca pelas práticas formativas, para se contrapor ao viés capitalista rompendo com as a lógica de exclusão que se perpetuava nos ambientes de trabalho e subordinação da vida cultural e material.

Percorrendo por esse entendimento, do referencial da educação popular e do trabalho associado que emerge das necessidades de que todos sejam os próprios produtores de culturas locais, saberes condizentes com a sua realidade tão necessários, e assim, gerar na comunidade em que se aprende a organicidade para se provocar a autogestão tão importante para o processo coletivo. Esperamos com esta proposta contribuir para a formação dos sujeitos que fazem parte dos empreendimentos economicamente solidários do processo de incubação, para estarem no mundo e com o mundo, circundando suas relações sociais, socializando a educação popular e a economia solidária ao gerar igualdade e construindo o processo educativo para uma coletividade solidária.

Pensar em educação popular dentro da perspectiva da economia solidária faz com que reflitamos sobre o nosso papel de e como agente possibilitador de práticas que busquem a autogestão, o pensamento crítico. Assim, ao considerarmos o processo de construção do conhecimento, entendemos que o processo de educação popular requer o diálogo como momento de partida para o reconhecimento entre os sujeitos históricos envolvidos neste processo, o “materialismo humanista” ou o “humanismo socialista” de Thompson que ressalta “a análise da experiência, gerada na vida material, contribui para o entendimento das diversas formas de organização da vida social e do sentido histórico da vida dos trabalhadores” (TIRIBA, 2011).

Tendo em vista a vida material desses sujeitos e suas experiências de vida, a construção do conhecimento mantém uma relação direta com a forma pela qual interpretam o mundo. Suas experiências vividas, percebidas e modificadas são fontes históricas para a análise de sua formação. Para Thompson,



A experiência é um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social: é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades: e é pela prática que a produção é mantida. (THOMPSON, 1981, p. 112).

Assim esse conceito de “experiência”, portanto, confirma que as “estruturas objetivas” geram efeitos sobre as vidas das pessoas, sobre suas trajetórias, a partir do momento em que essas adquirem determinada consciência social que pode ser verificada pelo ser social. Desse modo, caracterizamos a educação popular como uma educação de classe, na qual trabalhadores educam trabalhadores através do processo do trabalho cotidiano. Em conseqüente, podemos vincular a educação popular a uma modalidade de ensino vinculada ao mundo do trabalho e esse deve concebê-la “não como reprodução do capital, mas como reprodução ampliada da vida” (TIRIBA, 2011).

A formação desses trabalhadores é o ponto de partida para o processo de educação popular onde seus formadores apoiados nos princípios da economia solidária pressupõem ações formativas onde a cultura as experiências, o modo de vida sejam pressupostos para a construção de conhecimentos sobre os aspectos do associativismo e os métodos que permeiam a produção associada, mas também a busca por outras possibilidades de outra economia, como sugere a autora.

Configurando-se como um processo prático-educativo de criação de novas concepções de mundo, a produção associada é uma "escola" que pode contribuir não apenas para driblar o desemprego e outras contradições entre capital e trabalho, mas para que a classe trabalhadora descubra que o capitalismo não é um sistema inexorável (TIRIBA, 2008, p. 91).

Portanto de nenhuma forma as experiências em educação popular devem ser apropriadas como modelos meramente explicativos, pois esta é concebida como um processo muito mais complexo de grande extensão e profundidade, que contribui para que os sujeitos por meio do processo educativo voltem a acreditar na possibilidade de mudança, melhoria e qualidade de vida, percebendo o mundo e compreendendo de que é possível, ao lê-lo, transformá-lo.

Em complementaridade a esses argumentos, Singer (2002) afirma que em meio às crises do sistema capitalista surgem novos espaços para manifestações de novos modos de produção, e que: “a combinação entre força de trabalho excedente e um conjunto de militantes



sociais críticos e engajados tem possibilitado avanços importantes no âmbito da economia solidária” também defende que a economia solidária que se faz como uma nova organização econômica que visa não apenas o lucro, mas a valorização do ser humano “inteiro” respeitando toda a sua complexidade das relações que são estabelecidas nesse ambiente que também é educacional, pois estes também percebem que esta sociedade na qual somos participantes se encontra mergulhada em profunda crise, na qual somos remetidos a repensar nossos valores e atitudes e nesses modelos que aí vigoram e são dominantes.

Deste modo a economia solidária pode ser considerada uma proposta de desenvolvimento solidário de nossa sociedade e, que segundo Singer (2002) é, antes de qualquer coisa, democrático. Deste modo, se configura partindo de uma constante luta de trabalhadoras e trabalhadores contra o desemprego e a exclusão social. Portanto, por meio da educação popular e economia solidária que juntas devem primar para uma articulação entre os problemas causados pela exclusão hegemônica do capitalismo, busca uma formação integral desses sujeitos, de forma que estes possam romper com essas amarras primando pelo cooperativismo, tornando estes sujeitos capazes de governar a si próprio, ressignificar sua trajetória e também daqueles que são de seu convívio em ambiente de trabalho ou de circulação social.

Freire (1970) nos conceitua que educação popular, é também concebida como um elemento para a sedimentação, recomposição do poder político e das estruturas socioeconômicas. Deste modo, incluir a proposta de uma Educação Popular no contexto econômico e produtivo é uma tarefa desafiadora, pois o objetivo de integrar à realidade de forma coesa e significativa para esses associados. Dessa forma, Freire defende que:

Em linguagem direta: os homens humanizam-se, trabalhando juntos para fazer do mundo, sempre mais, a mediação de consciências que se coexistem em liberdade. Aos que constroem juntos o mundo humano, compete-lhes assumirem a responsabilidade de dar-lhes direção. Dizer a sua palavra equivale a assumir conscientemente, como trabalhador, a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores – o povo (FREIRE, 1970, p.11).

A visão metodológica que permeia as práticas educativas da educação popular se baseia num processo de construção do conhecimento que tem na prática o seu ponto de partida e, de certa forma, também de chegada, primando pela inclusão dos associados, que fazem e virão a fazer parte do processo de incubação, por um modelo de educação que busque por espaços que não são aqueles formais e habituais de busca por aprendizagens e que estão



para além do simples acesso e uso de ferramentas para executar o seu trabalho, mas sim requer práticas que privilegiam a construção do conhecimento, visto que estes são engajados em aprendizagem que corroboram para uma coletividade.

A educação não-formal, por meio da sistematização, propõe ser um modo de diminuir esta distância de tal modo que, como não ser extinta, pelo menos dialetiza os dois momentos: teoriza a prática e pratica esta teorização. Considerando que isto desencadeia processos de construção de pedagogias e projetos políticos, a partir da prática. (SOETHE, 2002 apud SCHNEIDER, 2003, p. 182).

Pautado numa educação popular, que permeia um modelo de educação que não está em espaços formais, Gonh (2006), apresenta uma intencionalidade que caminha para a cidadania, que seja ressignificada para o exercício pleno dos direitos da responsabilidade de todos os agentes sociais. Pois, compreende-se que a apropriação de saberes constrói uma relação de espaços e grupos diferenciados, com conceitos, características e atributos distintos. A partir destas particularidades e especificidades, cada processo educativo se complementa e contribui de formas diferenciadas na formação de cada sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente às mudanças sociais e ao modo de produção do trabalho vigente em nossa sociedade, discussões dessa natureza se fazem pertinentes, à medida que diz respeito à perspectiva de formação intelectual que esses trabalhadores estão inseridos. Enxergar-se enquanto sujeito produtor e dono da sua força de trabalho é essencial para uma transformação de uma sociedade com sujeitos emancipados. Ainda assim, experiências vivenciadas junto à cooperativa incubada pela IESA, a Educação Popular, Economia Solidária e o Trabalho Associado vem de encontro com essas inquietações apresentando conceitos que estão ligados diretamente à essa postura de alteração da lógica do capital imposta.

O presente artigo apresenta-se na tentativa de fomentar discussões e reflexões acerca da Educação Popular, da economia solidária e do trabalho associado no processo de formação que acontecem em espaços não escolares, em espaços de luta, de trabalho, de movimentos que visam uma transformação que não está na ótica do capital e sim nos seus espaços de exclusão e marginalização com trajetórias e histórias que por muito tempo vem sendo incorporados e justificados nos berços da exclusão de uma sociedade hegemônica e desigual. Assim não há a



pretensão de impor verdades e condicionar posturas, mas, provocar reflexões acerca de uma problemática vigente e por meio desse projeto assumir práticas que vão de encontro com a formação consciente e condizente com uma realidade do trabalho que necessita de transformação.

Tendo em vista os novos paradigmas do século XX, discussões no âmbito latino americano diz que:

A contribuição de ideias, o fortalecimento de compromisso e a geração de propostas constituem ingredientes insubstituíveis na busca de um novo modelo civilizatório e de um renovado paradigma educativo que ajude a humanidade a adequar o conhecimento e a ética aos anseios de uma sociedade que é sim irremediavelmente planetária, globalizada, mas a partir de outro signo. Não mais centrada no mercado e sua ética individualista, competitiva e excludente, mas sim, nos melhores valores de uma ética da vida que contribua com o signo da humanização, que foi perdendo-se no transcurso do tempo. (CREFAL, 2007, p. 16).

A luta da educação popular é a formação de sujeitos que possam transformar sua realidade na busca de direitos e que estejam justos e condizentes com a realidade dos trabalhadores. Para isso, todos os envolvidos devem assumir a responsabilidade de formação e formadores, como uma ação cultural possibilitando repensar sociedade, vistas alcançar uma educação que realmente atribua significados aos seus sujeitos. Com isso, vislumbramos o avanço para uma nova concepção de educação em sintonia com as diferentes realidades e com a perspectiva da valorização dos saberes populares, da humanização e da emancipação popular.

LA IMPORTANCIA DE LAS COOPERATIVAS EN LA PROMOCIÓN DE LA ECONOMÍA DE SOLIDARIDAD EN LA PERSPECTIVA DE LA EDUCACIÓN POPULAR

Resumen - Este artículo presenta al tema de la economía solidaria y Educación Popular desde sus desarrollos fomentar discusiones sobre cooperación y mantenimiento de la sociedad capitalista que en esencia es exclusiva. Esta literatura de la investigación cualitativa, exponentes de la mano de la economía solidaria, autogestión, cooperativismo, además de folletos de Educación Popular y otros documentos oficiales disponibles en órganos específicos y dirigir y animar a estas políticas públicas para el desarrollo de la economía solidaria en Brasil. Las empresas que prevén el marco de la economía solidaria son incontables, como por la lógica de la exclusión de la producción capitalista modelo cada vez más ha estado creando alternativas para saltarse este sistema refuerzan la exclusión que busca reconfigurar las viejas prácticas de mercado y construir alternativas socio-económicas de las



transformaciones socio-culturales que enfatizan la inclusión social y también muchas maneras de organizar la vida en sociedad, que son además de los desafíos planteados por la práctica de la emancipación y transformación social. Para esto que volvimos al proceso formativo se ve de estos individuos que se suceden en espacios escolares, espacios de lucha, de trabajo, de movimientos destinadas a una transformación que no esté en la capital y en los espacios de exclusión y marginación con trayectorias e historias durante mucho tiempo se ha incorporado y justificó la exclusión de cunas: en una sociedad hegemónica y desigual. Esta lucha es por la formación del sujeto que puede transformar su realidad en la búsqueda de los derechos y que son justas y coherentes con la realidad de los trabajadores.

Palabras clave: Economía Solidaridad. Educación Popular. Cooperativas. Proceso de Formación.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CAREGNATO, Rita Catalina AquinoMUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006.

CREFAL (Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe) (2007). **Estudios sobre el estado del arte de la educación de jóvenes y adultos (educación popular en 21 países latinomaericanos)**. México

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 1981.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 27.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do oprimido**, 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo: Ática, 2000.

GAIGER, Luiz Inácio. **A dimensão empreendedora da economia solidária: Notas para um debate necessário**. Otra Economía - Volumen II - Nº 3 – 2008 a. p. 58-72.



GAIGER, Luiz (2001). **Virtudes do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários**. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo, Buenos Aires, v. 7, n. 13: 191-211.

GAIGER, Luiz Inácio. **Empreendimentos econômicos solidários**. In: CATTANI, Antônio (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003a. p. 135-143.

GATTI, Bernadete Angelina. **Pesquisar em educação: considerações em uns pontos chaves**. Diálogo Ed., Curitiba, vol. N° 19, p.25-35, set./dez.2006.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura, de S. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, out., 2002: 237-280.

SQUAREZI, Sandro Benedito. **Autogestão e economia solidária: limites e possibilidades**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva**. Revista do Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, vol. 26, n.1, jan/jun., 2008. p. 69-94.

_____. **Economia popular e economia do trabalho: pedagogia (s) da produção associada**. Ijuí:UNIJUÍ, 2001.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. Cultura Popular e educação popular: convergências e divergências. **EDUCAÇÃO POPULAR: METAMORFOSES E VEREDAS**. In: CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Recebido em: 6 de junho de 2016.

Aprovado em: 28 de junho de 2016.